

Título: O CEEJA Clara Mantelli e as disposições da Resolução 77/2011

Leila Ataizi Monteiro

Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); IFSP

email: Leilaataizi@yahoo.com.br

**Orientadora: Profª Dra. Eliane Carvalho dos Santos
UNESP – PP; email: elianegeounesp@yahoo.com.br**

Resumo:

A pesquisa tem o objetivo de analisar o CEEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) Dona Clara Mantelli, fundamentado por meio da Resolução 77/2011, que estabelece a organização político-pedagógico-administrativo da instituição, tanto em relação ao atendimento de demanda, quanto à organização do corpo docente. Dentre suas especificidades, o CEEJA tem como proposta o atendimento de 6.000 (seis mil) matrículas, cuja gestão da demanda se organiza em dois professores para um conjunto de 500 (quinhentas) matrículas, limitado ao número máximo de 32 (trinta e dois) professores, no total do corpo docente, mantido pela instituição. Entretanto, a realidade que se apresenta ao longo desse trabalho aponta para um número muito maior de matrículas na instituição, e, por conseguinte, aponta a insuficiência de recursos humanos para atender a esse público, que se torna uma das ameaças externas, pois ao ultrapassar as vinte mil matrículas comprometem o desenvolvimento da proposta pedagógica, assim como, da qualidade do atendimento individualizado, causado pelo aumento do número de atendimentos realizados, sem o correspondente aumento do número de professores.

Palavras-chave: CEEJA Clara Mantelli. Educação de Jovens e Adultos. Resolução 77/2011.

Linha Temática: Educação de Jovens e Adultos

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a educação se inicia junto a um processo de colonização baseado em um sistema exploratório na sua relação de trabalho, no qual, a alienação do indivíduo torna-se a mola propulsora para a exploração da massa trabalhadora. Além disso, a educação em seu contexto histórico, bem como, contemporâneo sempre esteve inserida numa história de luta, uma vez que seus limites foram delineados pelos desejos de uma aristocracia exploradora e capitalista. A partir da década de 1960, advinda de movimentos que tentavam promover a alfabetização de adultos egressos dos sistemas escolares, ou ainda, nunca antes inseridos nesse, a educação de jovens e adultos passa a ser escopo das políticas públicas educacionais, em um momento que a indústria crescente necessitava de um trabalhador melhor capacitado para atuar na produção. A repercussão do Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932, que propunha a criação de um sistema nacional de educação, resultou na inclusão do art. 150 na Constituição Federal de 1934, em que se atribuía como competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; a coordenar e fiscalizar a sua

execução, em todo o território do país”, bem como “[...] exercer ação supletiva, onde se faça necessária por deficiência de iniciativa ou recurso”.

A tendência de a educação e o conhecimento se submeterem às transformações produtivas provocou um fenômeno que, mesmo privilegiando a qualidade formal em relação à política, proporciona a diminuição da desigualdade de renda porque, ainda no Brasil, percebe-se que apesar das outras formas de ascensão social, quanto mais educação se tem, mais possibilidade de empregabilidade. As novas dinâmicas produtivas apreciam trabalhadores que sabem pensar formalmente bem, desde que evitem pensar politicamente bem, desvelando que o abuso da ideologia no discurso pedagógico não é muito diferente daquele da ortodoxia neoliberal.

Do ponto de vista da cidadania, a questão produtiva é importante, mas não a essencial. A conformação de um tipo de sociedade mais igualitária, construída também com apoio de novas tecnologias em debate público transparente (Demo, 2009) representa o ponto de aperfeiçoamento de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Para tanto, se faz necessário começar por conhecer os sujeitos da EJA, bem como a trajetória histórica da modalidade no país. Ao conhecer a história da EJA, será ainda necessário abandonar a visão restrita das "carências e lacunas no percurso escolar" (p. 23), e perceber que tais carências estão atreladas às sociais.

De acordo com Arroyo (2005: p.24-25) não se pode separar o direito à escolarização, dos direitos humanos. Segundo ele os "jovens-adultos", mesmo que tenham estacionado o processo de escolarização, não "paralisam" os "processo de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política". Nesse sentido, é preciso um olhar mais positivo, reconhecendo que os sujeitos da EJA, "protagonizam trajetórias de humanização", participando em lutas sociais pela garantia de seus direitos.

Também é preciso que se exija do Estado, políticas públicas mais adequadas ao atendimento de jovens e adultos para um ensino com suas características específicas e não com a mentalidade assistencialista, que visa recuperar o tempo perdido, as carências da idade considerada escolar (7-14 anos).

Para ele historicamente os sujeitos da EJA "são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência", e seu "nome genérico", "oculta essas identidades coletivas" (p. 29). Assim, os direitos sociais dos sujeitos da EJA devem ser requeridos para que seja devolvida a identidade que lhes foi negada geração após geração.

Um dos "traços" que ajuda a configurar a realidade da EJA, é a riqueza da EJA como "campo de inovação da teoria pedagógica (p. 36). E muito das inovações da escola atual, iniciaram-se no "Movimento de Educação Popular". Por isso, "a centralidade das vivências, da cultura, do universo de valores, dos sistemas simbólicos dos educandos e dos educadores nos processos de aprendizagem" devem ser aprofundadas através das novas teorias pedagógicas.

Embora a EJA historicamente tenha ocorrido fora da escola, e talvez essa informalidade seja um dos motivos que fazem com que essa modalidade não seja levada a sério pela sociedade e pelo Estado, (p. 43-47) sempre se fazem comparações que acabam por evidenciar o distanciamento da formalidade do sistema educacional. No entanto, para que haja diálogo entre o sistema escolar e a EJA, será necessário tomar as experiências desta para enriquecer aquele, e principalmente "torná-lo realmente público" e mais democrático, para que não se repitam as defasagens e exclusões de adultos e jovens.

O CEEJA Clara Mantelli foi criado para ser um Centro Estadual de Educação Supletivo (CEES), por meio do Decreto 9.855/77, cujas atividades iniciaram-se em 1981, após a aprovação de sua infraestrutura. Em 2009, por meio do Decreto 55.047, a nomenclatura foi alterada para Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

Hoje, o CEEJA Dona Clara Mantelli, localizado na cidade de São Paulo, a partir da Resolução 77/2011 pela SEE – Secretaria de Estado da Educação, cuja organização didático-pedagógica atua de maneira particular sobre a prática docente, direcionando à outra condução do trabalho, diferente da sua formação original. A intensificação do número de estudantes matriculados condiciona um aceleração no atendimento de aluno deturpando parte da proposta de ensino:

O Artigo 2º especifica que:- Os CEEJAs oferecerão atendimento individualizado a seus alunos, com frequência flexível, sendo organicamente estruturados com o objetivo de atender preferencialmente o aluno trabalhador que, por motivos diversos, não possui meios ou oportunidade de desenvolver estudos regulares, na modalidade presencial, referentes à(s) etapa(s) da educação básica que ainda não cursou. (SÃO PAULO. Resolução SE nº 77, de 6.12.2011)

A resolução 77/2011 orienta que procedam por meio de avaliações individuais em relação ao aproveitamento de estudos para assim garantir que todos os conteúdos das disciplinas de estudos sejam precisamente trabalhados, porém, essa resolução não se atualizou ao longo dos anos, de modo que a realidade proposta naquele momento não levou em consideração a demanda regional do CEEJA Clara Mantelli, que por ser o único Centro de Educação de Jovens e Adultos localizado dentro da grande São Paulo, recebe alto número de matrículas:

A nova perspectiva que o trabalho, em sua relação com a educação e a produção, assume nesse novo cenário configura a perspectiva de formação de jovens e adultos que buscam sua inserção no contexto de um capitalismo flexível, globalizado e conectado pela tecnologia da informação e comunicação. Respostas, ou modelos criados, para a reforma da educação profissional e tecnológica, encontrados em distintos países e realidades apontam para convergências e especificidades, cuja compreensão pode ajudar no estabelecimento de políticas públicas no Brasil. (Dupas 1999)

Logo o modelo de ensino atual, oferecido pelo centro, inviabiliza o modelo educacional, cuja proposta é favorecer uma democratização do ensino, e revalida a crítica feita por alguns autores que escrevem sobre uma pedagogia classista, que não emancipa, tampouco desenvolve competências aos adultos da EJA:

[...] Estas estratégias têm sido várias, mas merecem destaque as que temos chamado de “empurroterapia”, as quais têm decorrido de uma distorcida apropriação de processos desenvolvidos no campo da esquerda para minimizar os efeitos da precarização cultural decorrente da precarização econômica, com a única preocupação de melhorar as estatísticas educacionais: ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração, e assim por diante. É importante destacar que estas estratégias, se adequadamente implementadas, favorecem a democratização das oportunidades educacionais. (Kuenzer, 2000)

A autora fomenta críticas a esse modelo educacional que considera contraditório, pois acentua um processo que ela denomina de exclusão includente, que é a valorização numérica de um modelo de ensino e aprendizagem, porém, que procede a uma falsa queda na taxa de analfabetismo, inviabilizando um

contexto formativo de caráter autônomo, acarretando a elevação de analfabetos funcionais, uma lógica que a autora descreve sobre uma educação voltada ao capital, embasada no esvaziamento intelectual, neutraliza a autonomia e a perda da dignidade do indivíduo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi análise documental dos instrumentos que instituem o CEEJA, assim como, coleta de dados como base no levantamento estatístico de caracterização escolar dos alunos, em que foi selecionado um grupo de alunos como amostragem. Esse levantamento de dados permitiu identificar de forma parcial o perfil dos alunos do CEEJA Dona Clara Mantelli, de forma a perceber ao longo do processo de pesquisa a exclusão social a qual está condicionado o aluno do perfil da EJA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa apontou que a demanda para matrículas no CEEJA Clara Mantelli é superior à capacidade de atendimento da instituição analisada. Também foi possível perceber que, para o melhor atendimento a essa demanda, bem como, melhoria quantitativa da capacidade do corpo docente para atender com qualidade, há que se ter respaldo de uma legislação mais abrangente, que possa acolher uma demanda específica, tanto quanto a estudada. Por se tratar de uma região de grande fluxo de trabalhadores advindos de locais periféricos, bem como, a certa facilidade que esse público encontra para se direcionar à escola, uma vez que está próximo aos locais de trabalho, muitos encontram na instituição a oportunidade de voltar ao sistema educacional, sem que haja prejuízo para a carga horária de trabalho, por optarem pelo ensino em horários noturno. Tal afirmação não justifica, tampouco respalda todo o conteúdo da pesquisa, pois a procura pelo ensino diurno também é grande. Por sua vez, a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de elucidação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular. Sendo assim, muitas confusões surgem nas definições encontradas na literatura acerca da nomenclatura de EJA. Não significa que essa modalidade de ensino, hoje Educação de Jovens e Adultos, tenha diferentes definições, mas pela própria história da evolução da EJA no Brasil e no mundo nas diferentes faces do desenvolvimento histórico da sociedade, o tratamento dos termos associados foi-se confundindo e se configurando como complementação de estudos e suplementação de escolarização. E assim, nos resguardamos ao fato dessa pesquisa gerar a necessidade de outros trabalhos, como uma análise sociológica, por exemplo, e direcionando o olhar sob a luz das análises teóricas, as políticas educacionais para os CEEJAs, e especificamente para o CEEJA Dona Clara Mantelli, precisam ser revistas. Os dados abaixo, retirados dos documentos institucionais como o Projeto Político-Pedagógico, além das informações de acompanhamento de demanda da instituição, corroboram as afirmações apontadas no início desse trabalho.

Tabela 1 – Relação aluno/docente de acordo com as disposições da Resolução 77/2011

Atendimento	Demanda	Corpo docente	Relação aluno/docente
Resolução 77/2011	500	2	250
CEEJA Clara Mantelli	20.000	32	625

Dados extraídos do Projeto Político-pedagógico da instituição Dona Clara Mantelli

Notamos durante a pesquisa desenvolvida que os dados confirmam a existência de uma inadequação no processo de ensino e aprendizagem do CEEJA Clara Mantelli, bem como da estrutura física organizacional, não por falta de preparo ou *déficit* de funcionários, mas, por seguir uma resolução que não se ajusta às demandas da instituição.

4 CONCLUSÕES

Os princípios expostos nesta pesquisa demonstram que existem inadequações e inviabilidades na prática do CEEJA Dona Clara Mantelli, pois as atuais políticas públicas educacionais destinadas aos projetos da EJA precisam ser mais eficientes, assim como, discutir uma concepção de educação que seja voltada para a formação do sujeito e a transformação da classe trabalhadora, e que contemple a emancipação da formação do público adulto. Tudo isto quer dizer que a educação só pode ser vista a partir dela mesma e de suas possibilidades mais próprias, íntimas e essenciais. Tais possibilidades dizem respeito, por sua vez, à necessidade da liberdade e da verdade para o surgimento da identidade do ser humano. Somente se deixando iluminar pela luz da verdade, o ser humano alcança sua liberdade. A educação carece de atitudes inovadoras que busquem compreender os alunos e as suas dificuldades, atentando para suas histórias, as que trazem para a sala e as que levam dela. Sabendo das expectativas, fica mais fácil atingir o objetivo que é ampliar seu conhecimento, não simplesmente memorizar, mas valorizar a interpretação, o senso crítico a sabedoria dos educandos, a sua autoestima que é um dos pontos negativos e dificuldades enfrentadas pela escola. Estimulando-os a sua autoconfiança, fé em si, em, sua capacidade de aprender e de ensinar, porque o educando ensina o educador todos os dias. Há que se buscar uma análise mais complexa, de caráter sociológico para compreender e propor estratégias efetivas para o atendimento da demanda da EJA, na referida instituição.

REFERÊNCIAS

- [1] ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: **um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.
- [2] BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- [3] BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.
- [4] DEMO, P. **Combate à pobreza**. Campinas : Autores Associados, 1997.
- [5] DI PIERRO, M. C.. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc. [online]. 2005, vol. 26, no. 92, pp. 1115-1139. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 set. 2008.
- [6] DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- [7] KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, C. F.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.
- [8] SÃO PAULO. **Resolução SE nº 77, de 6.12.2011**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs. São Paulo: SEE, 2011.